

J. LÚCIO DE AZEVEDO

---

**HISTÓRIA**  
**DOS**  
**CRISTÃOS—NOVOS**  
**PORTUGUESES**



4ª EDIÇÃO

# CONTEÚDO DO VOLUME

Preâmbulo . . . . .	V
---------------------	---

## LIVRO PRIMEIRO — AS ORIGENS

I. Judeus em Espanha . . . . .	1
II. Judeus em Portugal — Antagonismo das raças . . . . .	7
III. Do tempo de D. João II à conversão geral . . . . .	17
IV. Acção económica e social dos judeus . . . . .	27
V. Estado da questão em Portugal anteriormente à expulsão . . . . .	41

## LIVRO SEGUNDO — A PERSEGUIÇÃO

I. Reinados de D. Manuel e D. João III . . . . .	57
II. Continuação do reinado de D. João III — Estabelecimento da Inquisição . . . . .	67
III. Fim do governo de D. João III — Regência de D. Catarina — D. Sebastião — D. Henrique . . . . .	112
IV. Domínio castelhano — Reinados de Filipe II e Filipe III . . . . .	149
V. Governo de Filipe IV . . . . .	171
VI. A restauração — D. João IV reinante . . . . .	236
VII. Menoridade e governo de D. Afonso VI . . . . .	274
VIII. Regência e reinado de D. Pedro II . . . . .	289
IX. Época de D. João V . . . . .	331
X. Administração pombalina — Fim das perseguições . . . . .	346

## LIVRO TERCEIRO — A DISPERSÃO

I. Início da emigração — África, Itália, Turquia . . . . .	359
II. França . . . . .	372
III. Países Baixos — Holanda . . . . .	384
IV. Alemanha . . . . .	407
V. Inglaterra . . . . .	418
VI. Novo Mundo . . . . .	431

APÊNDICE

1. Cartas de D. João III, de crença e instrução a D. Martinho de Portugal . . . . .	443
2. Carta de Duarte da Paz . . . . .	446
3. Processo do Desembargador Gil Vaz Bugalho . . . . .	447
4. Carta do Inquisidor João de Melo a D. João III . . . . .	450
5. Lista de pessoas encarceradas por muito tempo na Inquisição . . . . .	452
6. Carta a um dos Arcebispos que foram a Valladolid . . . . .	454
7. Processo de Frei Diogo da Assunção . . . . .	458
8. Papel que prova serem os da nação a causa dos males que padece Portugal . . . . .	460
9. Cópia de um Memorial dado em Castela . . . . .	462
10. Carta dos judeus de Espanha aos de Constantinópla e resposta . . . . .	464
11. Tratado em que se prova serem cristãos fingidos os da nação . . . . .	465
12. Carta de um Inquisidor . . . . .	469
13. Alvitres sobre os meios de extinguir o judaísmo . . . . .	469
14. Consulta do Santo Ofício . . . . .	471
15. Réplica do Santo Ofício a uma Carta Régia de Filipe IV . . . . .	472
16. Tratado sobre a gente da nação, o oferecido à Junta de Tomar . . . . .	473
17. Papel do Marquês de Nisa sobre os confiscos . . . . .	475
18. Agravos de que se queixam os cristãos-novos . . . . .	476
19. Alvará de D. João IV sobre Companhia do Comércio e isenção do fisco . . . . .	477
20. Carta do mesmo ao Inquisidor-Geral . . . . .	480
21. Resposta á carta acima . . . . .	481
22. Processo de Isaac Tartas . . . . .	483
23. Orações de Brites Henriques . . . . .	484
24. Extractos da <i>Sentinella contra Judeus</i> . . . . .	487
25. Número dos condenados e penitenciados pela Inquisição . . . . .	489
26. <i>Racional Discurso sobre os desacertos de Portugal</i> . . . . .	490
27. Mapa dos presos julgados pelo Santo Ofício de 1682 a 1691 . . . . .	492
28. Exposição de Manassés-Ben-Israel a Cromwell . . . . .	493
29. Cartas e relatório sobre os Judeus de Surinam . . . . .	494
30. Tábua cronológica . . . . .	497
Índice . . . . .	501

## PREÂMBULO

*Ao leitor parecerá talvez, e ao próprio autor parece ambicioso em demasia o título de História dos Cristãos-Novos que este livro assume. Logo se lhe há-de notar o minguado volume para a extensão do assunto. O mais notável dos historiadores portugueses, o primeiro que versou a matéria, consagrou maior número de páginas a um só episódio do que todas as contidas aqui, nesta total narrativa. Carece além disso dos predicados essenciais da especialidade: a exaustão das fontes documentais, o relevo das figuras pelo retrato, a representação flagrante das cenas pelo pormenor descritivo. Não será portanto a construção artística que o título implica, e ficar-se-á, como só se pretende, em resenha de factos.*

*Tal qual é, com suas deficiências, tem por fito o presente trabalho preencher um vácuo sensível nos anais pátrios, expondo em forma sumária as diferentes fases do conflito de raça e religião que, desde o século XV, trouxe por tão largo espaço e tão profundamente perturbada a sociedade portuguesa. Iniciada por este modo rudimentar a tarefa, o autor confia que a tentativa incitará a outros, mais capazes e impregnados de mais ardor, a completarem-lhe as pesquisas, suprirem-lhe as omissões, e traçarem com os requisitos do saber e da arte o vasto painel histórico a que o assunto se presta.*

*Este não podia ser tratado sem tocar muitas vezes na Inquisição. De facto, toda a história dos cristãos-novos se integra na do famoso tribunal; mas a última tem de ser talhada em molde de mais largo âmbito que o do estudo adiante publicado.*

*É maravilha quão pouco, até recentemente, se sabia entre nós de instituição tão falada. A parte a obra fundamental de Herculano sobre o estabelecimento do novo tribunal eclesiástico por D. João III, a literatura relativa ao assunto é por*

demais incompleta. A História pelo dominicano Frei Pedro Monteiro <sup>(1)</sup>, pára justamente no ponto em que começaria a interessar-nos, nada mais referindo que os sucessos imediatamente ligados ao acto da fundação. Elementos com que este escritor haja realmente concorrido para esclarecer a matéria, unicamente os catálogos dos inquisidores e outros funcionários nas Memórias da Academia das Ciências, ainda assim imperfeitos <sup>(2)</sup>.

António Joaquim Moreira, coleccionador ávido de inéditos, deixou-nos em apenso à produção de outrem, a História dos principais actos e procedimentos da Inquisição em Portugal <sup>(3)</sup>. Abstraindo o rol dos Inquisidores Gerais, e a análise do Regimento do Santo Officio, aliás já antes publicado, apenas tem valor a obra pelo epitome das listas dos autos de-jé, com o número dos penitenciados e menção das vitimas que perderam a vida.

Se foi de pouca monta o serviço que a este autor devemos como historiógrafo, cumpre-nos em compensação reconhecer-lhe o mérito de afanoso colector de materiais para a história, que não logrou realizar. Afora a compilação das listas dos autos, a mais completa existente, visto como já agora devem dar-se por definitivamente perdidas as pertencentes ao Arquivo da Inquisição, dispersas ou destruídas, reuniu ele numerosos documentos, cópias que se podem considerar autênticas e muitos originaes, ao presente na Biblioteca Nacional <sup>(4)</sup>, onde constituem repositório precioso de informações, concernentes ao Santo Officio. Para mais, no volume das listas da Inquisição de Lisboa, registou em cada ano os sucessos notáveis, tocantes à instituição, formando desta arte uma tábua cronológica assaz valiosa. Lástima é não lhe ocorresse mencionar as fontes de onde extraiu as noticias: parte foram os documentos por ele próprio coligidos; parte publicações conhecidas; parte todavia só por buscas nos arquivos se lhes averiguará a certeza, pelo que não as pode utilizar sem cautela o historiador escrupuloso das suas afirmações.

Antes de António Joaquim Moreira, em 1811, tinha o publicista brasileiro Hipólito José da Costa dado à estampa, em Londres, o regimento da Inquisição, de que ele, como preso, experimentara os rigores. Do modo de proceder com os réus sabemos pela informação deste escritor <sup>(5)</sup> e pela do francês Dellon, que

(1) *História da Santa Inquisição do Reino de Portugal e suas Conquistas*, tomo 2, 1749 e 1750.

(2) Col. dos Doc. e Mem. da Academia, tomos 1.º, 3.º e 4.º.

(3) Na *História de Portugal* em continuação à de Schaeffer, por Joseph Lourenço Domingues de Mendonça, 1845, tomo 9.º.

(4) Em 3 vols. rotulados *História da Inquisição*. Cod. 867, 868 e 869 do fundo geral.

(5) *Narrativa da perseguição de Hippolyto Joseph da Costa Pereira Furtado de Mendonça*, 2 vols., Londres, 1811.

contou o que se passara com ele na Índia e em Lisboa (1). Mas o documento por excelência sobre a Inquisição portuguesa foi o panfleto célebre das Notícias reconditas, atribuído ao padre António Vieira, de que, porém, o fundo, pelo menos, pertence ao notário despedido do tribunal lisbonense Pedro Lupina Freire, que o compôs, em auxílio dos cristãos-novos, quando estes, em 1673, requeriam em Roma a protecção do Pontífice (2). Caso de surpreender em escrito semelhante: não há nele uma só alegação que o exame dos processos deixe de justificar. Nunca libelo foi organizado com prova mais cabal; e quem deseje conhecer em pormenor as práticas do Santo Ofício pode com segurança dessedentar-se ali.

Havemos todavia de recorrer a estranhos se nos importa contemplar no seu aspecto geral o drama da perseguição. Kayserling, rabino germânico, que se especializou na história do judaísmo peninsular, descreve-nos as vicissitudes dos correligionários portugueses, na demorada luta pelo direito à liberdade de seus ideais e à vida (3). O americano Lea, em seu extenso tratado sobre a Inquisição de Espanha, dedica umas cinquenta páginas à de Portugal, resumo em sua estreiteza assaz elucidativo, que, recapitulando as obras anteriores, a de Herculano principalmente, contribui ainda com documentos novos relativos ao período de soberania castelhana (4). Menos importante é o estudo de Adler, judeu britânico, sobre a perseguição na Península, o qual, por seu turno, resume o de Lea, dando-nos por novidade os mapas com as datas dos autos-de-fé, compilados de diversas fontes (5). Todas as quais obras merecem a atenção dos estudiosos.

Divulgado em Portugal o gosto pelos estudos históricos, de estranhar seria que matéria de tanta curiosidade não tentasse os investigadores. O arquivo da Inquisição, recolhido à tradicional Torre do Tombo, foi pesquisado. Reproduziram-se sentenças; analisaram-se processos. Daqueles em que figuram cristãos novos, são mais notáveis, como de personagens conhecidas, o de Manuel Fernandes Vila Real, estudado pelo académico Ramos Coelho, o do Dr. António Homem, pelo lente da Universidade António José Teixeira, o de António Serrão de Castro, pelo Dr. António Baião, que dá notícia de outros em uma série de

---

(1) *Relation de l'Inquisition de Goa*, 1687. Reproduzida em parte na *História completa das Inquisições de Itália, Espanha e Portugal*, 1821, vertida do francês.

(2) *Noticias reconditas y posthumas, del procedimiento de las Inquisiciones de España y Portugal con sus presos; divididas en dos partes, la primera en idioma portuguez*, etc. Vila Franca (Londres), 1722.

(3) *Geschichte der Juden in Portugal*, Leipzig, 1867.

(4) Henry Charles Lea, *A History of the Inquisition of Spain*. Macmillan, Nova Iorque e Londres, 1907.

(5) Elkan Nathan Adler, *Auto da Fé and Jew*. Imprensa da Universidade de Oxford, 1908.